ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE PATROCÍNIO – MG

JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO: SÉRGIO ALEXANDRE RESENDE NUNES

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Lei de Criação nº 7.729, de 16-1-1989
Data da instalação: 5-4-1991
Data de implantação do PJe: 1º-10-2015

Jurisdição: Patrocínio, Abadia dos Dourados, Coromandel, Cruzeiro de Fortaleza, Douradoquara, Guimarânia, Iraí de Minas, Monte Carmelo e Serra do Salitre.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 2-7-2021-2021, p. 7.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 18-9-2020

Às 8 horas do dia vinte e seis de julho de 2021, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Ana Maria Amorim Rebouças**, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Zoom, instituída pelo Ato Conjunto TST/CSJT/GP Nº 54, de 29 de dezembro de 2020, na Vara do Trabalho de Patrocínio, situada na Avenida Altino Guimarães, 1.205, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Sérgio Alexandre Resende Nunes**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Cristínia Ávila de Queiroz Teixeira; os servidores Guilherme Pimenta, Oscar Rodrigues Neto, Patrícia Cláudia Ribeiro Vieira, Sandra Maria Rabelo. Ausentes os servidores Pedro Chaves Craveiro Teixeira, em razão de licença gala e Marina Faria Nunes, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 280 processos, distribuídos neste ano até o dia 19-7-2021, apurando-se a média de 2,1 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu, até o dia 19-7-2021, 47 cartas precatórias, dentre elas 17 executórias. Das recebidas em 2021, 39 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 198 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 72 processos foram remetidos neste ano até o dia 19-7-2021.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 27 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, dentre eles há 1 processo para o Dr. Sérgio Alexandre Resende Nunes, fora do prazo legal, na tarefa elaborar sentença, abaixo relacionado:

0010946-15.2019.5.03.0080 – conclusos desde 8/4/2021.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 58 processos com perícia designada.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 416 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 4 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 14 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC), não há processos sobrestados já julgados, com incidentes de Repercussão Geral, pelo STF.

Processos examinados na correição, por amostragem, temas ainda não julgados:

0010144/20, 0010050/20, 0010031/20, 0010874/19, 0010186/19, 0010209/19, 0010249/19, 0010188/19, 0010183/19: sobrestados em razão do recurso extraordinário com repercussão geral pelo STF – Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

0010013/21: sobrestado aguardando decisão de outra ação.

Também deve ser consultada da cartilha de sobrestamento e "dessobrestamento" elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg , sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019 e 41,39% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 40% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	2020	1º trim/2021 (01/04/20 a 31/03/21)	01/06/20 a 31/05/21
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	21,36	16,86	17,58	16,50	36,14	32,58	29,10

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1°-1-2021 até 19-7-2021)
(fonte. e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	19
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	96
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	41

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas:

Processos sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	16

Abaixo tabela dos processos mais antigos sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução com o referido prazo, com mais de 300 dias, tendo a listagem completa sendo remetida previamente via e-mail institucional para a unidade organizacional:

Processo	Classe	Tarefa	Dias

0010788-57.2019.5.03.0080	Ação Civil Pública	Cumprimento de Providências	653
0010409-19.2019.5.03.0080	Ação Civil Pública	Cumprimento de Providências	795

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, "são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2013	1	8
2017	3	4
2018	1	3
2019	16	2
2020	43	1
2021 – ano de referência	92	
TOTAL	156	0,63

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de julho até o dia 19):

0000766-47.2013.5.03.0080	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010699-05.2017.5.03.0080	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011020-40.2017.5.03.0080	Consignação em Pagamento	Cumprimento de Providências
0011169-36.2017.5.03.0080	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010846-94.2018.5.03.0080	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010182-29.2019.5.03.0080	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0010183-14.2019.5.03.0080	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0010184-96.2019.5.03.0080	Ação Trabalhista - Rito	Aguardando final do

	Sumaríssimo	sobrestamento
0010185-81.2019.5.03.0080	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0010188-36.2019.5.03.0080	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0010209-12.2019.5.03.0080	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010249-91.2019.5.03.0080	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0010409-19.2019.5.03.0080	Ação Civil Pública	Cumprimento de Providências
0010529-62.2019.5.03.0080	Ação Civil Pública	Elaborar sentença
0010784-20.2019.5.03.0080	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010788-57.2019.5.03.0080	Ação Civil Pública	Cumprimento de Providências
0010841-38.2019.5.03.0080	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Recebimento de instância superior
0010874-28.2019.5.03.0080	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0010918-47.2019.5.03.0080	Ação Civil Pública	Aguardando audiência
0010932-31.2019.5.03.0080	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	182

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	1
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	60

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	2

	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	736

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	2
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	41

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019 e 63,28% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 57% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Patrocínio - 01a Vara						
Indicador / Ano	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**1º trim/2021 (01/04/20 a 31/03/21)**	**01/06/20 a 31/05/21**
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	80,81	73,08	69,99	70,48	58,18	77,02	75,79

Existem 910 processos em fase de execução, assim discriminados:

a) 363 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
b) 2 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
c) 545 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
d) não há processos no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP1.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2021 até 19/07/2021

No ano anterior, até dia19/07/2020 - havia 958 processos na fase de execução, assim distribuídos:

a) 449 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
b) 11 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
c) 498 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de julho até o dia 19):

0082000-76.1998.5.03.0080	Cautelar Inominada	aguardando retorno de instância superior
0000172-38.2010.5.03.0080	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	aguardando retorno de instância superior
0000771-35.2014.5.03.0080	Execução Provisória em Autos Suplementares	aguardando retorno de instância superior
0010102-07.2015.5.03.0080	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0010573-86.2016.5.03.0080	Execução Fiscal	Cumprimento de Providências
0010574-71.2016.5.03.0080	Execução Fiscal	Aguardando prazo
0010098-33.2016.5.03.0080	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010823-22.2016.5.03.0080	Execução de Certidão de Crédito Judicial	Análise
0010157-55.2015.5.03.0080	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010461-20.2016.5.03.0080	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010126-98.2016.5.03.0080	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010670-86.2016.5.03.0080	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo
0010129-53.2016.5.03.0080	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0000224-58.2015.5.03.0080	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Elaborar sentença

0010124-31.2016.5.03.0080	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010142-52.2016.5.03.0080	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0001239-96.2014.5.03.0080	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0000223-15.2011.5.03.0080	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0053900-96.2007.5.03.0080	Execução Fiscal	Cumprimento de Providências
0000607-36.2015.5.03.0080	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando prazo

FASE DE EXECUÇÃO – Janeiro a Junho 2021

Descrição da Vara	Execuções Iniciadas	Execuções Encerradas	Pendentes de Baixa
Patrocínio	67	105	739

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93(execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de julho 2021 apurado até dia 19):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	309	39
Fevereiro	42	14
Março	32	21
Abril	5	36
Maio	12	24
Junho	9	14
Julho	9	12
Agosto	17	
Setembro	35	
Outubro	27	
Novembro	16	
Dezembro	9	
TOTAL	522	160

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05	2021/06	2021/07
	9								1						1		1	1	
EMANUEL HOLANDA ALMEIDA					1		5	1			6	9	2						
JOAO OLAVIO IANZA FROTA															1				
LUIZ FELIPE DE MOURA REIS																		10	
MARISA TEIXEIRO PEREIRA																	14		
REINALDO DE SOUZA PINTO																	3		
RONALDO ANTONIO DE BRITO JUNIOR																			10
SERGIO ALEXANDRE RESENDE NUNES	300	42	32	5	11	8	4	16	34	27	10		37	14	19	36	6	3	2
Totais	309	42	32	5	12	8	9	17	35	27	16	9	39	14	21	36	24	14	12

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de julho 2021 apurado até dia 19):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	6	4
Fevereiro	2	9
Março	17	8
Abril	19	6
Maio	5	3
Junho	3	2
Julho	5	4
Agosto	3	
Setembro	8	
Outubro	7	
Novembro	8	
Dezembro	2	
TOTAL	85	36

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 25-7-2021, existem 16 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	2
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	13
Tutelas Provisórias Pendentes	1
Total	16

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 26-7-2021 havia 6 processos:

a) una por videoconferência (rito sumaríssimo): 2 processos;
b) inicial por videoconferência: 3 processos;
c) instrução por videoconferência: 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0010259/21 0010302/21, 0010319/21, 0010297/21, 0010276/21, 0010309/21.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 25-7-2021, 30 processos físicos no total, não há processo migrável.

Exame dos autos dos processos 0010229/21, 0010300/21, 0010221/21, 0010285/21, 0010058/21, 0010308/21, 0010301/21, 0010285/21, 0010229/21, 0010181/21, 0010144/20, 0010050/20, 0010031/20, 0010874/19, 0010186/19, 0010209/19, 0010249/19, 0010188/19, 0010183/19, 0010013/21, 0010235/20, 0010274/20, 0010275/20, 0010324/21, 0010277/21, 0010380/21, 0010388/21, 0010390/21, 0010314/21, 0010336/21, 0010254/21, 0010329/21, 0010757/20, 0010493/20, 0010218/20, 0010281/20, 0010286/20, 0010167/21, 0010567/20, 0010264/21, 0011203/20, 0010218/21, 0010114/21, 0010144/21, 0010414/20, 0010305/21, 0010792/19, 0011045/18, 0011061/16, 0010220/21, 0010488/20, 0010843/19, 0010112/18, 0010613/20, 0010563/20, 0010308/19, 0010942/19, 0011040/19, 0010389/19, 0010716/16, 0010255/21, 0010309/21, 0010259/21, 0010082/21, 0010067/21, 0010237/21, 0010049/21, 0010039/21, 0010356/21, 0010029/21, 0010241/19, 0010656/19, 0010235/20, 0010640/20, 0010274/20, 0010234/21, 0010584/20.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos "Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos", divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 16 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Classe	Tarefa	Fase
0001209-61.2014.5.03.0080	Ação Civil Pública	Instância superior	Conhecimento
0010216-04.2019.5.03.0080	Ação Civil Pública	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0010077-81.2021.5.03.0080	Ação Civil Pública	Elaborar sentença	Conhecimento
0010312-82.2020.5.03.0080	Ação Civil Pública	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0000583-42.2014.5.03.0080	Ação Civil Pública	Instância superior	Conhecimento
0010529-62.2019.5.03.0080	Ação Civil Pública	Elaborar sentença	Conhecimento
0000581-09.2013.5.03.0080	Ação Civil Pública	Aguardando cumprimento de acordo	Liquidação
0010741-88.2016.5.03.0080	Ação Civil Pública	Cumprimento de Providências	Execução
0010375-44.2019.5.03.0080	Ação Civil Pública	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0010409-19.2019.5.03.0080	Ação Civil Pública	Cumprimento de Providências	Conhecimento
0010788-57.2019.5.03.0080	Ação Civil Pública	Cumprimento de Providências	Conhecimento
0000084-92.2013.5.03.0080	Ação Civil	Cumprimento	Execução

	Pública	de Providências	
0010918-47.2019.5.03.0080	Ação Civil Pública	Aguardando audiência	Conhecimento
0010923-69.2019.5.03.0080	Ação Civil Pública	Cumprimento de Providências	Conhecimento
0000235-24.2014.5.03.0080	Ação Civil Pública	Aguardando prazo	Execução
0010061-35.2018.5.03.0080	Ação Civil Pública	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 7 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Classe	Tarefa	Fase
0010361-26.2020.5.03.0080	Ação Civil Coletiva	Elaborar sentença	Conhecimento
0010335-28.2020.5.03.0080	Ação Civil Coletiva	Arquivo	Liquidação
0000205-91.2011.5.03.0080	Ação Civil Coletiva	Aguardando prazo	Execução
0000310-68.2011.5.03.0080	Ação Civil Coletiva	Arquivo	Execução
0010918-52.2016.5.03.0080	Ação Civil Coletiva	Cumprimento de Providências	Execução
0010335-28.2020.5.03.0080	Ação Civil Coletiva	Arquivo	Liquidação
0000310-68.2011.5.03.0080	Ação Civil Coletiva	Arquivo	Execução

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo/ordinário	21	89	-
Instrução processo físico	1.756	-	-
Instrução processo eletrônico	59	116	152

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo	11	Adotou o art. 335 do CPC	14/05/2021 – 12 dias
Procedimento Ordinário	11	Adotou o art. 335 do CPC	03/08/2021 – 11 dias
Instrução	11	24	05/10/2021 – 51 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2021 até 19-7-2021).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.
(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	365	136

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	138	109

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.
(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado	0	0

(item 275)		
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	113	2.046
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	0	0

No ano de 2021, até o dia 19-7, com 130 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	19-7-2021	**Média dia/útil**
Julgados procedentes	9	0,06
Julgados procedentes em parte	106	0,8
Julgados improcedentes	48	0,3
Extintos com resolução de mérito	1	0,008
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	**164**	**1,2**
Extintos sem resolução de mérito	17	0,1
Arquivamento	29	0,2
Desistência	13	0,1
Outras decisões sem resolução de mérito	1	0,008
Total sem resolução de mérito	**60**	**0,4**
Decisões de conhecimento	**224**	**1,7**
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	**54**	**0,4**
Conciliações	**147**	**1,1**
Decisões na fase de execução	**44**	**0,3**
Total	**488**	**3,7**

No ano 2020, apurou-se que, em 235 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2020	**Média/dia útil**
Julgados procedentes	27	0,1

Julgados procedentes em parte	178	0,7
Julgados improcedentes	38	0,1
Extintos com resolução de mérito	1	0,004
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	244	1,0
Extintos sem resolução de mérito	18	0,07
Arquivamento	30	0,1
Desistência	31	0,1
Outras decisões sem exame de mérito	2	0,009
Total sem exame de mérito	81	0,3
Decisões de conhecimento	325	1,3
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	84	0,3
Conciliações	202	0,8
Decisões na fase de execução	38	0,1
Total	649	2,7

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

– Em junho de 2021, com 21 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil

Conciliação em conhecimento	5	0,2
Conciliação em execução	5	0,2
Encerramento de instrução Os encerramentos de instrução não são somados	14	0,6
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	44	2,0
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	1	0,04
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	32	1,5
Una/Una (rito sumaríssimo)	56	2,6
Total	143	6,8

No mês de junho de 2021, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 32 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, execução e liquidação no mês de julho 2021 apurado até dia 19:

Fase	Conhecimento		Execução		Liquidação	
Mês/ano	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Janeiro	12	7	1	2		
Fevereiro	17	18	1	3		
Março	12	42	1	2		3
Abril	5	29		4		2
Maio	9	21	2	6	1	
Junho	3	33	2	1		
Julho	15	12	7	7	3	1
Agosto	22		6			
Setembro	24		1		1	
Outubro	23		7			
Novembro	31		2		1	
Dezembro	31		9		2	
TOTAL	204	162	39	25	8	6

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05	2021/06	2021/07
EMANUEL HOLANDA ALMEIDA							22	3		2	13	42							
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA															1				
HELDER FERNANDES NEVES																		2	
HENRIQUE MACEDO DE OLIVEIRA																	1		
LUIZ FELIPE DE MOURA RIOS																		15	
MARISA FELISBERTO PEREIRA																	14		
REINALDO DE SOUZA PINTO																	1		
RONALDO ANTONIO DE BRITO JUNIOR																			16
SERGIO ALEXANDRE RESENDE NUNES	13	18	13	5	12	5	3	26	26	28	21		9	21	46	35	11	13	4
Totais	13	18	13	5	12	5	25	28	26	30	34	42	9	21	47	35	27	34	20

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de julho 2021 apurado até dia 19):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	45	37
Fevereiro	69	99
Março	52	142
Abril		106
Maio		106
Junho		143
Julho	26	52
Agosto	69	
Setembro	115	
Outubro	119	
Novembro	158	
Dezembro	109	
TOTAL	762	685

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05	2021/06	2021/07
EMANUEL HOLANDA ALMEIDA				26			2	49	109							
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA												1				
HELDER FERNANDES NEVES															17	
HENRIQUE MACEDO DE OLIVEIRA														11		
LUIZ FELIPE DE MOURA RIOS														9	68	
MARISA FELISBERTO PEREIRA														43		
RONALDO ANTONIO DE BRITO JUNIOR																46
SERGIO ALEXANDRE RESENDE NUNES	45	69	52		69	115	119	109		37	99	141	106	43	58	6
Totais	45	69	52	26	69	115	119	158	109	37	99	142	106	106	143	52

Foram realizadas 143 audiências de 01-6-2021 até o dia 30-6-2021. Foram realizadas 65 audiências de 1-7-2021 a 21-7-2021 e designadas 22 audiências de 22-7-2021 até do dia 31-7-2021.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de julho 2021 apurado até dia 19):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	36	22
Fevereiro	63	31
Março	34	126
Abril	14	61
Maio	21	38
Junho	7	68
Julho	30	25
Agosto	50	
Setembro	64	
Outubro	66	
Novembro	83	
Dezembro	59	
TOTAL	527	371

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05	2021/06	2021/07
EMANUEL HOLANDA ALMEIDA	7	1					22	10	6		17	53	11	8	1	1		1	1
HELDER FERNANDES NEVES																		7	3
HENRIQUE MACEDO DE OLIVEIRA																	2	2	
LUIZ FELIPE DE MOURA REIS																		42	
MARISA FELISBERTO PEREIRA																	18	7	
RONALDO ANTUNES DE BRITO JUNIOR																			17
SERGIO ALEXANDRE RESENDE NUNES	29	62	34	14	21	7	8	40	58	66	66	6	11	23	125	60	18	14	4
Totais	36	63	34	14	21	7	30	50	64	66	83	59	22	31	126	61	38	68	25

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de julho 2021 apurado até dia 19):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	230	355
Fevereiro	563	495
Março	324	654
Abril	290	491
Maio	382	548
Junho	570	521
Julho	813	292

Agosto	472	
Setembro	703	
Outubro	595	
Novembro	569	
Dezembro	431	
TOTAL	5942	3356

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 8h30min. O intervalo entre as audiências é de 20 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de 60 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Movimentação Anual de Processos			
	2019	**2020**	**2021 até 19-7**
Processos recebidos	848	630	280
Média por dia útil	3,7	2,6	2,1
Processos remanescentes do ano anterior	150	138	181
Sentenças anuladas	8	2	4
Total de processos para solução	**1.006**	**770**	**465**
Processos solucionados	899	527	371
Processos conciliados	365	202	147
Produtividade	89,36%	68,44%	79,78%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 25,7% em relação ao número de processos recebidos no ano 2020. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2020 houve uma diminuição de 20,9%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2021-2026 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução GP n. 194, de 20 de dezembro de 2021.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2021 até 19-7-2021)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	147
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	371

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	371
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	284

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	75
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	116

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2021 até 19-7-2021)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	182
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	384

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	738
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	151

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2021 até 19-7-2021)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	384
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	151
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	8

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	182
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	738
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos	8

	itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1° grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1° grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1° grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1° grau)	

Perfil da Vara do Trabalho		Patrocínio - 01a Vara			
Indicadores / Período de referência		**Ano 2020 01/01/2020 a 31/12/2020**	**1° trim 2021 01/04/2020 a 31/03/2021**	**2° trim 2021 01/07/2020 a 30/06/2021**	**3° trim 2021 01/10/2020 a 30/09/2021**
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,21	0,74		
	I02 - Pendentes	1.168	1.085		
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00		
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	114,46	143,21		
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	133,52	135,01		
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	4.585,54	2.195,20		
	I07 - Taxa de conciliação (%)	38,33	38,74		
	I08 - Taxa de solução (%)	83,39	101,24		
	I13 - Taxa de execução (%)	360,45	127,91		

	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	36,14	32,58		
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	58,18	77,02		
	I11 - Produtividade por servidor	120,44	84,89		
	I12 - Pendentes por servidor	120,89	113,67		
Meso	Acervo	0,18	0,23		
	Celeridade	0,52	0,53		
	Produtividade	0,41	0,43		
	Congestionamento processual	0,43	0,58		
	Força de trabalho	0,48	0,57		
Macro	**IGEST**	**0,4043**	**0,4652**		
Posição IGEST		59	89		
Movimentação processual		0751 a 1000	0751 a 1000		

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valores pagos aos reclamantes por execução, acordo ou pagamento espontâneo
R$789.273,06	R$173.076,09	R$7.238.550,73

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontra-se em vigor as Portarias nº 1/2001, que regulamenta a prática de atos ordinatórios, e a nº 01/2019, que autoriza servidores a assinarem guias de levantamento de depósitos judiciais e ofícios aos bancos depositários, destinados à transferência de valores, ao recolhimento de custas e contribuições previdenciárias.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. Gestão Estratégica

Meta 1 CNJ/ 2021: Julgar mais processos que os distribuídos – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

No ano 2021, até o dia 30-6-2021, o percentual alcançado foi de 118,4% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 99,75%.

Em 2020, quando a Meta era "julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 100,36% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1° grau foi de 86,78% (valor consultado em 16/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 2 CNJ/2021: Julgar processos mais antigos – Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019, nos 1° e 2° graus.

No ano 2021, até o dia 30-6-2021, o percentual alcançado foi de 100,36% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 87,92%.

Em 2020 a Meta "era Identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2018, nos 1° e 2° graus", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 82,61%, de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1° grau foi de 98,21%.

Meta 3 CNJ/ - 2021: Estimular a conciliação – Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%.

No ano 2021, até o dia 30-6-2021, o percentual alcançado foi de 107,78% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 102,16%.

Em 2020, quando a Meta era "Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2017/2018", esta unidade organizacional atingiu o percentual

de 94,39% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 104,01%, conforme modelo de apuração do SIGEST/CSJT e 108,40% de cumprimento da meta, conforme modelo de apuração do CNJ, que utiliza como parâmetro a cláusula de barreira, que em 2020 foi de 45%. Ressalta-se que o indicador possui como meta o valor de 46,58% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 5 CNJ – 2021: Reduzir a taxa de congestionamento – Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Trata-se de uma nova meta para o exercício de 2021.

No ano 2021, até o dia 30-6-2021, o percentual alcançado na fase de conhecimento foi de 18,64% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 40,80%.

No ano 2021, até o dia 30-6-2021, o percentual alcançado na fase de execução foi de 62,29% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 60,32%.

Em 2020, a Meta 5 era "Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente", esta unidade organizacional atingiu o percentual de 113,17%, do valor da meta estipulado para o ano de 2020, tendo cumprindo a Meta. O resultado deste Regional foi de 101,95% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 6 CNJ – Em 2020, quando a Meta era "Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau." (VIGOROU ATÉ 2020).

Em 2020, a Meta 6 era "Priorizar o julgamento das ações coletivas – identificar e julgar até 31-12-2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31-12-2017 no 1° grau, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 105,26%, do valor da meta estipulado para o ano de 2020, tendo cumprindo a Meta. O resultado deste Regional foi de 103,75% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 11 CNJ 2021: Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica – Alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total.

Em 21-7-2021, conforme painel do CLEC – disponível na intranet, está unidade organizacional possuía 30 processos físicos e não possuía processo migrável.

Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento

No ano 2021, até o dia 30-6-2021, o tempo médio de duração do processo desta unidade está em 139 dias, sendo de 191 dias o resultado deste Regional para o mesmo período.

Em 2020, quando a Meta era "reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2018, em 2% até 2019 e em 5% até 2020", o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 114 dias, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 171 dias (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2020 era de 208 dias.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) regularizado em até 5 dias, pelo Dr. Sérgio Alexandre Resende Nunes, o processo com excesso de prazo para prolação de sentença, que está com mais de 30 dias úteis, conforme o item 1.4 desta ata, oficiando a Corregedoria Regional;

2) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que "os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação", frisando-se que "para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos", nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) inseridos em pauta os processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas constantes da tabela do item 1.9 desta Ata;

3) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;

4) saneados os incidentes processuais pendentes, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;

5) envidados esforços para aumentar a produtividade, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;

6) usados como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria, os relatórios existentes no Painel de Produtividade, disponível na intranet deste Regional;

7) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2021, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3a Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

8) envidados esforços para o cumprimento da **Meta 2 CNJ/2021:** Julgar processos mais antigos - Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019, nos 1º e 2º graus; **Meta 3 CNJ/2021:** Estimular a conciliação - Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%;

9) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônio Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/acesso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335 (extratos do Banco do Brasil) e https://conectividade.caixa.gov.br (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

10)cumprido o Ofício-Circular N. GCR/54/2021, remetido às Varas do Trabalho em 23-6-2021, tratando dos processos da lista de eliminação de autos findos em 2014 (listagem encaminhada a esta Unidade em 17-6-2021), arquivados com depósito judicial/recursal, com prazo de 20 dias para resposta à Corregedoria Regional;

11) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional, videoconferência e por "WhatsApp Business", bem como cumprida a Instrução Normativa Conjunta GP.GCR.GVCR N. 70-2021 de 16 de março de 2021, que trata do atendimento telepresencial ao público externo por meio de Balcão Virtual no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Todos esses canais de atendimento ao público externo deverão ser utilizados durante o horário de expediente das unidades;

12) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

13) cumprida a Resolução 233, de 13-7-2016, do CNJ que dispõe sobre a criação de cadastro de profissionais e órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus, disponível no sítio eletrônico https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal/0, escolhendo e nomeando perito cadastrado, por nomeação direta do profissional ou por sorteio eletrônico, a critério do magistrado, observando o critério equitativo de nomeação em se tratando de profissionais da mesma especialidade;

14) incentivado o uso do sistema SIF, disponibilizado pela CEF, devendo a Vara do Trabalho, em caso de adesão, informar-se junto banco, por meio do e-mail seg5750mg@caixa.gov.br e após consolidada a adesão, informado ao Apoio Judiciário, para fins de controle;

15) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, quando liberado pela unidade responsável, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho

de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2020:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que "os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação", frisando-se que "para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos", nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3a Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é "Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania."

Partícipe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16, disponíveis no link http://www.agenda2030.org.br/ods/16/, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 11h15min do dia vinte e seis de julho de 2021, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 123/2021, publicado no DJe 2-7-2021, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelo servidor Jânio Júlio Fernandes.

Ana Maria Amorim Rebouças
Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA JUNIOR:30831138
Assinado de forma digital por MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA JUNIOR:30831138
Dados: 2021.07.26 10:41:47 -03'00'

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria